ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Câmara Municipal de Mangaratiba

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGARATIBA ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ao Expediente p/Leitura
Em 28 ABR 2026
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 19 /2026.

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO À RECICLAGEM NO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA, MEDIANTE CONCESSÃO DE DESCONTOS EM TRIBUTOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Mangaratiba aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Mangaratiba, o Programa Municipal de Incentivo à Reciclagem, com o objetivo de promover a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos, mediante a concessão de benefícios fiscais aos contribuintes que comprovarem práticas de reciclagem.

Art. 2º Os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas poderão obter descontos nos seguintes tributos municipais:

I – Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
II – Taxa de Coleta de Lixo;
III – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), quando aplicável.

Art. 3º Os descontos serão concedidos mediante comprovação de:

I – Separação adequada de resíduos recicláveis;
II – Destinação de materiais recicláveis a cooperativas, associações ou empresas devidamente cadastradas no Município;
III – Participação em programas municipais de coleta seletiva;
IV – Implementação de sistemas próprios de reciclagem ou logística reversa.

Art. 4º Os descontos poderão variar conforme critérios definidos pelo Poder Executivo, observando-se:

I – Percentual máximo de até 20% (vinte por cento) do valor do tributo;
II – Volume de material reciclado;

Câmara Municipal de Mangaratiba
Yury Aguiar dos Reis
- Yury Aguiar -
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA
03

III – Frequência da destinação adequada;
IV – Tipo de material reciclado.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, estabelecendo:

I – Procedimentos para cadastro dos participantes;
II – Formas de comprovação das atividades de reciclagem;
III – Critérios de cálculo dos descontos;
IV – Órgãos responsáveis pela fiscalização.

Art. 6º O Município poderá firmar convênios com:

I – Cooperativas de catadores;
II – Empresas de reciclagem;
III – Organizações não governamentais;
IV – Instituições públicas e privadas.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 16 de ABRIL de 2026.

Câmara Municipal de Mangaratiba
Yury Aguiar dos Reis
- Yury Aguiar -
Vereador

Yury Aguiar Dos Reis
(Yury Aguiar)
Vereador – Autor

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo incentivar práticas sustentáveis no Município de Mangaratiba, promovendo a redução de resíduos sólidos e estimulando a reciclagem por meio de incentivos fiscais. A crescente produção de lixo urbano representa um dos maiores desafios ambientais da atualidade. A adoção de políticas públicas que incentivem a reciclagem contribui diretamente para:

- Redução da poluição ambiental;
- Diminuição da demanda por aterros sanitários;
- Geração de emprego e renda para cooperativas de catadores;
- Preservação dos recursos naturais.

Ao conceder descontos em tributos municipais, o Poder Público cria um mecanismo eficaz de estímulo à participação da população e do setor empresarial na gestão sustentável de resíduos. Este mesmo projeto encontra-se respaldado nas seguintes normas:

Na Constituição Federal de 1988 que sem seus artigos ;

- **Art. 225**: garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.
- **Art. 170, VI**: prevê a defesa do meio ambiente como princípio da ordem econômica.
- **Art. 30, I e II**: assegura ao município competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

Na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)

- Estabelece a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- Incentiva a reciclagem e a coleta seletiva;
- Autoriza instrumentos econômicos para estímulo ambiental.

Na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000)

- Permite a concessão de incentivos fiscais, desde que acompanhados de estimativa de impacto orçamentário.

No Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001)

- Autoriza o uso de instrumentos tributários para promover políticas urbanas sustentáveis.

Este projeto alinha o Município de Mangaratiba às melhores práticas de sustentabilidade, incentivando a responsabilidade ambiental da população e promovendo benefícios sociais, econômicos e ecológicos.

Câmara Municipal de Mangaratiba
Yury Aguiar dos Reis
- Yury Aguiar -
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA
05

A medida representa um avanço na política ambiental municipal, sendo plenamente compatível com a legislação vigente e com os princípios da administração pública.

Diante do exposto, conto com a colaboração dos demais pares para a aprovação da matéria em pauta.

Mangaratiba, 16 de ABRIL de 2026.

Yury Aguiar Dos Reis
(Yury Aguiar)
Vereador – Autor

Câmara Municipal de Mangaratiba
Yury Aguiar dos Reis
- Yury Aguiar -
Vereador